



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



Comunicação aumentativa e alternativa: teorias ampliadas do paradigma comunicacional para a inclusão e a qualidade de vida

AUGUSTO DEODATO GUERREIRO

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Resumo:

A comunicação não tem sido reflectida, ampliada e aplicada numa dimensão inclusiva, de forma a contemplar as necessidades especiais e/ou desvantagens comunicativas de um imenso número de cidadãos em Portugal.

Tal situação anómala deve-se, no essencial, à ausência de fundamentadas estratégias científico-pedagógicas, objectivos e boas práticas, ao nível da investigação em desvantagens comunicacionais condicionantes ou impeditivas da inclusão sociocomunicacional, cultural e profissional das pessoas com "desafios" de índole sensorial e cognitiva, motora e outras.

São os professores do ensino pré-escolar, básico, secundário e superior/universitário, investigadores e técnicos, interessados em desenvolver investigação e intervenções no campo dos estudos e aplicação da comunicação aumentativa e alternativa no desenvolvimento sensorial e cognitivo, "que se têm debatido com a falta da específica formação profissional, baseada na investigação, no desenvolvimento e aplicação das teorias, metodologias e práticas comunicativas promotoras de uma sociedade onde todos os cidadãos, sem excepções, tenham lugar.

Palavras-chave:

Comunicação aumentativa, comunicação alternativa; inclusão; qualidade de vida.

Introdução

O conceito amplo de comunicação, numa dimensão inclusiva, tem passado ao lado das necessidades comunicativas de um significativo número de cidadãos no nosso país. Esta situação deve-se, sobretudo, à falta de alicerçadas estratégias científicas e pedagógicas, objectivos e boas práticas ao nível da investigação das desvantagens ou condicionantes comunicacionais das pessoas com "desafios" sensoriais e cognitivos, motores e outros, o que lhes impede ou dificulta a inclusão sociocomunicacional, cultural e profissional. Os professores do ensino pré-escolar, básico, secundário e superior/universitário, investigadores e técnicos, que pretendam desenvolver investigação e intervenções no campo dos estudos e aplicação da comunicação aumentativa e alternativa, bem como do desenvolvimento sensorial e cognitivo, "têm-se confrontado com a ausência da específica formação profissional, assente numa investigação aprofundada, desenvolvimento e aplicação das teorias, metodologias e práticas ao nível:

- Dos estudos comunicacionais especiais, didáctica comunicacional, desenvolvimento sensorial e cognitivo, estratégias para sensibilizar e habilitar a sociedade na comunicabilidade com todos os cidadãos;
- Dos estudos de gestão funcional e operacional para a inclusão dos diferentes graus de dificuldade comunicacional, visando o desempenho global nos planos educacional e profissional das escolas regulares e especiais e dos vários organismos, públicos e privados;
- Dos estudos e estratégias relacionados com as complexas problemáticas comunicacionais de pessoas que evidenciam as mais diversas dificuldades nesse domínio, mesmo na área da sobredotação, viabilizando novos objectivos e abordagens, privilegiando o saber-fazer adequado a essa complexidade na vida social e nos processos aumentativos e alternativos da comunicação, bem como a adequabilidade de serviços e equipamentos aos cidadãos com necessidades especiais.

Sem comunicação, naturalmente partilhada por todos os cidadãos, sem excepção, é um absurdo defender a aplicação dos conceitos de igualdade de oportunidades e de inclusão social. Por isso, clamam as prementes necessidades de quase um milhão de portugueses o alargamento do horizonte comunicacional a todos eles, num relevante e sustentável incremento científico-pedagógico e promocional de transformação, numa política de inclusão incentivadora e sustentável da cultura da partilha e da parceria de agentes vocacionados para a mudança e transformação de atitudes e de mentalidade, sensibilizando e dotando a sociedade com a adequada linguagem e comunicação, transversal e consubstanciada no desenvolvimento sensorial e cognitivo das pessoas portadoras das mais diversas tipologias da deficiência.

Fundamentação científica

A comunicação para todos e com todos (sem excluir ninguém), sendo, sob o ponto de vista conceptual, um fenómeno psicossociológico infinitamente complexo, constitui o móbil e edificação consolidada do progresso na mais ampla diversidade do engrandecimento humano que possa imaginar-se¹. Contudo, esta amplitude comunicacional tem passado ao lado de um enorme e alarmante número de cidadãos com necessidades comunicativas excluídos, uns excluídos pelos rótulos sociais mercê das disfunções que apresentam, outros pela aparência e/ou desvantagens resultantes dos diversos desafios físicos, sensoriais, cognitivos... como insuficiência renal, deficiência física, visual, auditiva, intelectual, problemas cognitivos, patologias neurogénicas da comunicação, como dificuldades na fala/linguagem (devido a dislexia, afasia, laringectomia, etc.), dificuldades relacionadas com o aparelho locomotor (tronco, braços, mãos, anca, pernas, pés), problemas psicológicos (como depressão, ansiedade, etc.), doenças de tipo oncológico, diabetes ou problemas renais), outros subtilmente "mimados" pelos efeitos da própria exclusão.

No sentido de se obviar a estas problemáticas, impondo-se para o efeito a ampliação do paradigma comunicacional, têm faltado em Portugal alicerçadas e determinantes estratégias científicas, objectivos e boas práticas ao nível da investigação e resolução de problemas comunicativos e de interacção inerentes às desvantagens ou condicionantes, nesse processo inter-relacional, das pessoas portadoras de "desafios" sensoriais e cognitivos, motores e outros, situação

¹ Guerreiro, Augusto Deodato – Para um horizonte comunicacional em banda larga. "Jornal do Departamento de Ciências da Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação". Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Abril 2005; p. 3.

que lhes dificulta ou impede a inclusão social, cultural e profissional, pois ninguém pode viver em incomunicação sob pena de se tornar num inepto e vegetante ser².

Para além dos que, sem alternativa, "vestem" estas problemáticas, são os profissionais que lidam com tais realidades que mais necessitam de formação para poderem, habilitada e pedagogicamente, corresponder à diminuição ou supressão dos problemas comunicacionais, que arrastam outros, daqueles cidadãos. Os professores do ensino pré-escolar, básico, secundário e superior/universitário, investigadores e técnicos relacionados com as mais diversas tipologias da deficiência, sobretudo ao nível daquelas desvantagens, e que pretendam desenvolver investigações e práticas no campo dos "estudos comunicacionais especiais e desenvolvimento cognitivo" têm-se confrontado com a ausência da específica formação profissional, assente na investigação aprofundada, desenvolvimento e aplicação das teorias, metodologias e práticas que alimentam:

1. Os estudos comunicacionais especiais, a didáctica comunicacional e o desenvolvimento sensorial e cognitivo, bem como os estudos e estratégias que visam sensibilizar e capacitar a sociedade para a adequada comunicação com todos os cidadãos, beneficiando-os em termos de qualidade de vida e de inclusão;
2. Os estudos de gestão funcional e operacional para a inclusão dos diferentes graus de dificuldade comunicacional, criando possibilidades de investigação e aplicações bidireccionais para melhorar o desempenho global nos planos educacional e profissional das escolas regulares e especiais e das várias instituições, organizações e empresas, públicas e privadas, quer estas se orientem para o mercado, para o serviço público ou para as questões da solidariedade social. Há pessoas que, no desempenho das suas funções profissionais, se confrontam com a inesperada chegada de uma deficiência, com graus de incapacidade diversos, atribuídos ou não por autoridades de saúde, uns que precisam de visitas médicas diárias, várias vezes por semana, de vez em quando, ou sem nenhuma dessas obrigações.

A questão da premente necessidade de se criarem e validarem novas estratégias comunicacionais que, valorizando pragmaticamente e aprofundando os efeitos da educação especial, centra-se no facto de ter que se conciliar educação especial com comunicação especial na formação dos educadores, professores, técnicos e investigadores que se ocupam de cidadãos com as desvantagens em referência. Trata-se de uma mais-valia científica, técnica, cultural e de sensibilização pública, que implica:

- 1) Estudar as questões relacionadas com as complexas problemáticas comunicacionais de pessoas que evidenciam dificuldades ou sobredotação nesses domínios, estruturar e validar estratégias para a viabilização de novos objectivos e de novas abordagens em comunicação aumentativa e alternativa e em tecnologias de apoio, promovendo o saber-fazer adequado a essa complexidade na vida social, privilegiando as patologias neurogénicas da comunicação³, a língua gestual e escritas alternativas na palma da mão, a comunicação pictográfica, o braille aplicado à língua portuguesa e a outras línguas, bem como às diferentes grafias científicas, e aplicação da língua gestual aos diversos ramos do saber;
- 2) Suprir as imensuráveis carências nacionais em referência, com base em disciplinas laboratoriais, experimentais e teóricas sob a responsabilidade de especialistas de reconhecida competência científica e pedagógica na matéria, promovendo,

² Guerreiro, Augusto Deodato – Sociocomunicabilidade e inclusão. "Cadernos Sociedade e Trabalho: Integração das Pessoas com Deficiência". Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social/Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, nº 8 Janeiro 2007; p. 213-230.

³ Kitzign, Ahlsen e tal. – Communication Aids for People with Aphasia. Logopedics Phoniatrics Vocology 30 2005; p. 41-46.

pedagogicamente em simultâneo, o bom humor e bem-estar, o sorrir, dos portadores das mais diversas desvantagens e problemáticas patológicas e sociais, às suas próprias dificuldades e às incompreensões dos outros em relação a essas dificuldades. Na verdade, sorrir às diferentes obstruções e intempéries sociais é uma forma de socialização e de comunicar, um processo feliz de vencer. Rir e sorrir, menosprezando os egoísmos e oportunismos sociais que se sobrepõem por vezes à solidariedade, pode, até, prolongar-nos a vida e de forma mais saudável. “*Os egoísmos denunciam: supremacia estulta ou ausência de generosidade; audácia fútil ou solidariedade fruste; fragilidade ou perversidade no culto e defesa dos grandes valores humanos; inconsistentes capacidade crítica e resoluta determinação na interactividade e sociocomunicabilidade perante as reais e impositivas evidências e potencialidades dos outros*”⁴. Abstraindo-nos da diferença conceptual de rir e sorrir, riso e sorriso, está provado que, rindo-nos da vida, isso contribui para a prolongarmos e torná-la mais agradável, numa atitude contagiante que ajuda a estabelecer uma mais imediata inter-relação e sociocomunicabilidade entre pessoas, mesmo com as mais diversas desvantagens sensoriais e cognitivas, motoras e comunicacionais, mesmo de culturas diferentes;

- 3) Promover o necessário investimento, através das instituições nacionais vocacionadas para as problemáticas da deficiência e da inclusão social, no acesso dos cidadãos portadores de deficiência à informação e cultura, bases digitais e redes multimedia, com a implícita comunicação aumentativa e alternativa e toda a especificidade tecnológica associada, com particular incidência no design web nacional, política e estratégias para a universalização de conteúdos digitais, organização e sistemas de informação inclusivos, adequando serviços e equipamentos com necessidades especiais a quem não pode falar, escrever ou ler.

Os números do Instituto Nacional de Estatística não deixam ninguém indiferente em relação a esta significativa franja populacional e aos cuidados comunicacionais de que precisam para a melhoria da sua qualidade de vida e conseqüente inclusão social. Pelos últimos censos de 2001, Portugal tem uma população residente de 10356117, incluindo 636059 portadores de deficiência, sendo 163569 com deficiência visual, 156246 com deficiência motora, 84172 com deficiência auditiva, 70994 com deficiência mental, 15009 com paralisia cerebral e 146069 com outras deficiências. Só na Europa, calcula-se que existam cerca de cinquenta milhões de pessoas com deficiência. E nos Países de Língua Oficial Portuguesa...? E no mundo...?

Nas problemáticas da deficiência, tem-se verificado apenas algum investimento na vertente *educação especial*, menosprezando-se a *comunicação aumentativa e alternativa*, o que impede a real eficácia do processo ensino/aprendizagem, uma vez que é impossível educar sem comunicar. Todos sabemos que, sem comunicação, com recurso à utilização das várias e adequadas tipologias comunicacionais, a igualdade de oportunidades na diversidade e a inerente inclusão, fundamentalmente sociocomunicacional, nunca terá lugar no mundo da vida, no “*Lebenswelt*” de origem fenomenológica de Edmond Husserl, o espaço comunicacional dos seres dotados de linguagem e de capacidade para agir e, ao mesmo tempo, de justificação crítica dos seus discursos e acções. O espaço da experiência do mundo, tematizada e partilhada pelo discurso, é o mundo da vida que implica o reconhecimento recíproco por parte dos que partilham não só esse espaço de comunicação como uma cultura comum fundamentada na tradição. No caso, a tradição deverá entender-se como a generalização do culto e do alargamento dos grandes valores a todos os cidadãos, numa dimensão de proficuidade humana na partilha de saberes, de formas de

⁴ Kitzign, Ahlsen e tal. – Communication Aids for People with Aphasia. Logopedics Phoniatrics Vocology 30 2005; p. 41-46

comunicação, de processos de interacção, sem exclusões, mesmo no plano da reflexão estética e ética, mesmo no domínio de intervenção dos media, que deverão poder ser partilhados, em termos de acessibilidade e de usabilidade, por todos os cidadãos, sem nenhuma excepção. No plano da tão aludida política nacional de inclusão, com especial preponderância da actual Presidência da República Portuguesa, *gritam as prementes necessidades comunicacionais* destes cidadãos; reivindica a dignidade humana o alargamento do horizonte comunicacional a todos eles, numa natural política de inclusão, incentivadora da cultura da cultura e da cultura da partilha e da parceria com a envolvimento dos principais agentes de mudança, mesmo ciberuniversal; *assume relevo científico-pedagógico e promocional de mudança e de transformação de mentalidades, neste enquadramento*, o Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio (Portaria 324/2006, de 5 de Abril, acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores, no domínio "Linguagem e Comunicação", transversal e consubstanciado no desenvolvimento sensorial e cognitivo das pessoas com as mais diversas tipologias da deficiência, sendo um Curso singular a nível europeu e que funciona desde Outubro de 2006 no Departamento de Ciências da Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias⁵.

Não obstante alguma redundância, pretende-se, com o supra-referido Mestrado, atingir os seguintes objectivos:

- Estudar e aprofundar as complexas problemáticas comunicacionais das pessoas portadoras de disfunções sensoriais, cognitivas, motoras e outras, bem como das que evidenciam sobredotação, e desenvolver a ajustada investigação científica que estruture estratégias que garantam a viabilização de novos objectivos e novas abordagens em comunicação aumentativa e alternativa e em tecnologias de apoio às diferentes disfunções;
- Desenvolver um novo paradigma dos handicaps, possibilitando uma actualizada conceptualização dos fundamentos, organização e interpretação dos fenómenos das desvantagens ou condicionantes comunicacionais, no que concerne à sua natureza, causas, experiência individual, grupal e social, mediante a estruturação e desenvolvimento de diferentes respostas a nível teórico e metodológico;
- Redimensionar, através das cruciais análises/interpretações e intervenções transversais, as desvantagens ou condicionantes comunicacionais e transformá-las numa(s) questão(ões) a resolver num processo lúcido no seio da sociedade, num quadro de uma mais apropriada compreensão e consequente intercompreensão das respostas políticas, sociais, científicas, práticas, profissionais e de experiência pessoal;
- Investigar e promover a concretização de níveis de consciência individual e colectiva que garantam, sob o primado do valor humano e social da pessoa e da comunidade, os contextos, as organizações, os centros de realização do conhecimento e de disseminação do saber e do saber-fazer adequados à complexidade comunicacional das pessoas com deficit ou superavit específicos na vida social;
- Investigar e aferir cientificamente as vantagens da tecnologização da comunicação alternativa e dos modelos comunicacionais específicos de acesso aos diversos discursos;
- Investigar e definir métodos e técnicas para a implementação e generalização do conceito de comunicação/cultura inclusiva, numa perspectiva ecológica de igualdade;
- Investigar, edificar e/ou diligenciar a instituição e aplicação de estratégias e objectivos para suprir as graves lacunas nacionais (quiçá por extensão lusófona e europeia) no que se refere à formação de professores e técnicos especializados nas diferentes tipologias comunicacionais do quadro das

⁵ Guerreiro, Augusto Deodato – Comunicação e inclusão. Jornal "A Página da Educação". Porto: Editora Profedições, Lda. Outubro 2006; p. 43

dificuldades específicas dos cidadãos, através de uma parametricidade sólida para uma didáctica comunicacional especializada, com disciplinas laboratoriais e experimentais sob a responsabilidade de docentes especialistas de reconhecida competência científica e pedagógica;

- Estudar e desenvolver aplicadamente novas Especialidades no quadro das imensuráveis carências nacionais ao nível das estratégias, metodologias e técnicas de intervenção nas problemáticas comunicacionais, credibilizando e incrementando consolidadamente no país esta matéria.

“A vida ganha renovado sentido desde que sejamos capazes de «viajar» no fascínio dos efeitos do mundo multidiferente e multicultural. Mas é preciso que o façamos em consciência, imaginando a necessária predisposição e adequada saúde psíquica para suportar, resistindo e ultrapassando com bom humor e sorriso estampado no rosto” (marcar artigo do Elo). *Temos que ser capazes de, todas as manhãs, ao acordarmos e ao levantarmo-nos, dizer bom dia, Vida! Viva a Vida!* Tenhamos, pois, sempre bom humor e sorriamos, mesmo às incompreensões que nos possam inconstar e revoltar. Seremos mais úteis e viveremos mais tempo, felizes e com saúde física, psíquica, mental e espiritual, influenciando assim positivamente os outros à nossa volta, “o que contribuirá para um processo de inclusão mais despreconceituado e exorcizado de fantasmas, mais dinâmico e consolidado, mais generoso e apelativo, mais natural e fecundo” (marcar artigo do Elo).

Consideram-se hoje sobretudo os conhecimentos de base científica e tecnológica como factores de desenvolvimento e crescimento económico, com relevância para o poder inovador das actividades científicas e tecnológicas, o que, ao mesmo tempo, abre caminhos para as questões da responsabilidade da ciência e da tecnologia que reflectem a sua duplicidade no seio das sociedades contemporâneas, e na evolução ambiental, social e económica dessas sociedades. E isto permite-nos observar que: por um lado, discute-se a influência do desenvolvimento das ciências e das tecnologias na degradação das condições de sustentabilidade e de preservação da vida (de todos os seres) e do próprio planeta; por outro, procuram-se os meios para a promoção do equilíbrio ecológico e do desenvolvimento sustentável na inovação, no conhecimento científico e tecnológico e na qualificação. O Director-Geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura, no seu artigo “Não é só utopia partilhar o conhecimento” publicado no “DN” de 2006.11.26, afirma que “o potencial de desenvolvimento de uma sociedade dependerá no futuro menos das riquezas naturais e mais da capacidade de criar, distribuir e utilizar o conhecimento”.

Nesta acepção, considerando alguns pontuais focos de interesse científico e tecnológico, no que se refere à estruturação e implementação de estratégias pragmáticas, que começam a manifestar-se no mundo para o desenvolvimento, aplicação e utilização da comunicação aumentativa e alternativa, é bem provável que o século XXI seja, a seu tempo, o século do crescimento de sociedades baseadas no engrandecimento da dignidade humana e no conhecimento partilhado. Sendo o conhecimento um bem público que deverá, obrigatoriamente, estar acessível a todos, ninguém poderá encontrar-se excluído dele, visto que a partilha do conhecimento, em sociedades, grupos e indivíduos interligados, promove e intensifica a criatividade, a cultura e o saber, as possibilidades conducentes à articulação de vontades para a mudança e o incentivo à permutabilidade, instaurando um ambiente viabilizador da acessibilidade ao conhecimento e inovação, à formação e pesquisa, à investigação e partilha dos resultados. A partilha do conhecimento só é possível, comunicando. Habilitando-se os profissionais que lidam com as problemáticas da deficiência e comunicativas e treinando-se os cidadãos com desvantagens comunicacionais com o conhecimento e o saber utilizar a comunicação aumentativa e alternativa, estamos cientes de que a efectiva e contínua partilha do conhecimento será a solução desejável e não um problema irresolúvel a curto prazo ou numa perspectiva futura. O conhecimento cresce, multiplica-se e generaliza-se de forma acessível a todos, na medida em que é partilhado por todos.

Saber e ser capaz de olhar e perceber, comunicar e socializar, ler e conhecer, relacionar-se e interagir, é uma determinante atitude humana que nos revoluciona e liberta, nos questiona e amplia a consciência social e a dignidade no que se refere aos direitos e deveres para o engrandecimento dos nobres valores humanos e da cultura da partilha. A partilha de conhecimentos, implicada de dinamismo, alegria e bom humor, promove e sedimenta a inclusão, a qualidade de vida e o bem-estar. Já Tagore sustentava que "tudo o que acumulamos para nós mesmos separa-nos dos outros". Só comunicando tornamos comum uma ou mais informações, valores humanos, conhecimentos e saberes, sentimentos... através da oralidade e da escrita, do gesto, do olhar... sendo impossível não comunicar" neste mundo em que a própria ausência de comunicação, mesmo o silêncio, já é comunicar, não havendo nenhuma actividade humana que não seja afectada ou desenvolvida pela comunicação. Todavia, para que um indivíduo possa comunicar e usar a comunicação na sua máxima plenitude, terá que ter capacidade de influenciar o meio e, ao mesmo tempo, ser por ele influenciado .

Conclusão

A comunicação é o móbil e o veículo por excelência e imprescindível para a construção do "eu" como um ser biopsicossocial, para o crescimento global, porque é através dela que nos tornamos parte do mundo e o engrandecemos, o influenciemos e somos por ele influenciados. Trata-se de um processo recíproco e bidireccional, sendo essencial que as pessoas e as instituições, organizações e empresas partilhem, consoante as circunstâncias e os contextos, um mesmo código e que o consigam utilizar na sua plenitude. A modalidade comunicacional mais utilizada pelo ser humano é a verbal (oral e escrita), sendo por seu intermédio que emissor e receptor partilham informação, sentimentos, conhecimentos e saberes. Quando a capacidade para comunicar fica diminuída por qualquer razão patológica ou social, a desistência face ao processo comunicativo é muitas vezes inevitável, traduzindo-se no isolamento do indivíduo e no conseqüente abandono dos papéis por ele representados. No que se refere à diminuição da sua qualidade de vida, esta é experimentada por muitos indivíduos com desvantagens comunicacionais e patologia neurogénica da comunicação, sobretudo por pessoas com afasia.

O contexto mais frequente para a interacção da maioria dos indivíduos com afasia é o familiar, o qual é também, simultaneamente, o mais afectado pelas mutações inerentes à situação, devendo, todavia, caber à família o desempenho de um papel determinante na participação destas pessoas na comunicação. Se o contexto familiar não incluir estes cidadãos nas interacções comunicativas, o insucesso comunicacional e interactivo acontecerá, confrontando-se o parceiro de comunicação com a obrigação de adquirir competências comunicativas de forma a poder ser um agente facilitador neste processo de interacção.

Na verdade, novas abordagens em habilitação e em reabilitação centram a intervenção no indivíduo com as desvantagens em referência como ser efectivamente social, promovendo um enquadramento mais facilitador para a promoção da sua condição humana. Contudo, falta uma valência sociocomunicacional imprescindível, que resulta da estruturação e implementação de novas e validadas estratégias, com o recurso ao treino dos parceiros de comunicação e do uso da comunicação aumentativa e alternativa e das respectivas tecnologias de apoio, oferecendo aos indivíduos com disfunção comunicativa e aos parceiros escorregidos possibilidades de interlocução ou de qualquer outro tipo de comunicação interpessoal e interacção, voltando os cidadãos afectados por aquelas problemáticas a integrar o mundo de todos nós e que era dado como perdido.

A intervenção sociocomunicacional, em didáctica comunicacional, desenvolvimento sensorial e cognitivo, mediante a utilização da comunicação aumentativa e alternativa, é um domínio novo e muito específico que envolve um conjunto de tomadas de decisão, abrangendo aspectos do contexto

familiar da vida daqueles cidadãos, como por exemplo os afásicos, e da sua própria família, assente num sistemático conhecimento e saber dos profissionais que desenvolvem o seu trabalho neste domínio, assumindo preponderante relevância nesta realidade o trabalho em equipa. Impõe-se, pois, um crucial investimento de base nacional neste domínio para colmatar as ausências e falhas comunicacionais existentes, no apoio com qualidade a estes indivíduos e às suas famílias, às escolas, às instituições, organizações e empresas, à sociedade de todos nós e que somos, sendo indiscutível que as pessoas portadoras das mais diversas dificuldades comunicativas têm o direito de participar no processo comunicacional de forma activa, o direito de serem cúmplices de um mesmo processo que promove o crescimento humano, a edificação dos grandes valores humanos e o desenvolvimento global, dado que, sem comunicação, não há actividade humana e conceber qualquer procedimento ou processo inclusivo seria um absurdo.

Comunicar é a permutabilidade de conhecimentos, reciprocidade intercompreensiva de mensagens apresentadas sob vários aspectos, legitimando o sentido e a condição de toda a vida social, sendo um processo essencial, não só da socialização, mas também da formação do indivíduo, atendendo a que este adquire consciência de si próprio, à medida que interioriza, exercita e consolida posturas e comportamentos nas trocas significacionais com os seus semelhantes.

Bibliografia

- Avant, J.; Glista, S.; Wallace, S.; Jackson, J.; Nishioka, J.; Yip, W. (2005). Family information needs about aphasia. *Aphasiology* 19(3/4/5), 365-375.
- Caldas, A.C. (2000). *A herança de Franz Joseph-Gall: O cérebro ao serviço do comportamento humano*. Amadora: McGraw-Hill.
- Cook, A.M.; Hussey, S.M (1995). *Assistive technologies: principles and practice*. EUA : Mosby-Year Book.
- Frauenfelder, U.H. & Nguyen, N. (2000). Reconnaissance des mots parlés. In Rondal, J.A.; Seron, X. (Eds.), *Trouble du Language : Bases Théoriques, Diagnostic et Rééducation* (pp. 213-239). Belgique: Mardaga
- Fox, L.; Poulsen, S.; Bawden, K; Packard, D. (2004). Critical elements and outcomes of a residential family-based intervention for aphasia caregivers. *Aphasiology* 18(12), 1177-1199.
- Fox, L.; Sohlberg, M. (2000). Meaningful Communication Roles. In Beukelman, D. Yorkston, K; Reichle, J. (Eds.), *Augmentative and Alternative Communication for adults with acquired neurologic disorders* (pp. 03-54). Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co.
- Gaag, A.; Smith, L.; Davis, S.; Moss, B.; Cornelius, V.; Laing, S.; Mowles, C. (2005). Therapy and support services for people with long-term stroke and aphasia and their relatives: a six-month follow-up study. *Clinical Rehabilitation* 19, 372-380.
- Hinckley, J.; Packard, M. (2001). Family education seminars and social functioning of adults with chronic aphasia. *Journal of Communication Disorders* (34), 241-254.
- Hopper, T.; Holland, A.; Rewega, M. (2002). Conversation coaching: Treatment outcomes and future directions. *Aphasiology* 16, 745-761.
- Kagan, A.; Black, S.E.; Duchan, J.F.; Simmons-Mackie, N.; Square, P. (2001). Training volunteers as conversation partners using "Supported conversation for adults with aphasia" (SCA): a controlled trial. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research* 44, 624-638.
- Kitzing, Ahlsén e Jönsson (2005). Communication aids for people with aphasia. *Logopedics Phoniatrics Vocology* 30, 41-46.
- Lloyd, L.L. (1985). Comments on terminology. *Augmentative and Alternative Communication* 1, 95-97.

- Love, R.J. ; Webb, W.G. (2001). *Neurology for the Speech-Language Pathologist*. 4ª ed, USA: Butterworth-Heinemann.
- Michallet, B.; Le Dorze, G. ; Tétreault, S. (2001). The needs of spouses caring for severely aphasic persons. *Aphasiology* 15(8), 731-747.
- Oganização Mundial de Saúde (2004). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Tradução para Português Europeu de International Classification of Functioning, Disability and Health por Leitão, A. Lisboa: Direcção Geral da Saúde.
- Purdy, M.; Hindurlang, J. (2005). Educating and training caregivers of persons with aphasia. *Aphasiology* 19(3/4/5), 377-388.
- Royal College of Speech & Language Therapists (2005). *Clinical Guidelines*. United Kindgam: Speechmark Publishing Ltd.
- Simmons-Mackie, N.N.; Kearns, K.P.; Potechin, G. (2005). Treatment of aphasia through family member training. *Aphasiology* 19(6), 583-593.
- Swengel, K.E. ; Marquette, J.S. (1997). Service delivery in AAC. In Glennen, S.L.; DeCoste, D.C. (Eds.), *The handbook of augmentative and alternative communication* (21-57). London: Singular Publishing, Ltd.
- Taveira, L. (2004). El papel de la comunicación aumentativa y de las tecnologías de apoyo en el desarrollo de la competencia comunicativa – una perspectiva habilitadora. In Salazr, N, *Pictogramas* (pp 13-16). Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional.
- University of Queensland (2001). Internet training package for people with a communication or literacy disability. Disponível na Internet via <http://quixote.shrs.uq.edu.au/cdaru/aphasiagroups/>. Documento capturado a 23 de Abril de 2007.
- Walsh, K. (1994). *Neuropsychology a clinical approach* (3ª ed.). New York: Churchill Livingstone